



NOTA

A elaboração do documento “Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro 2001-2012” foi coordenada pela Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com a participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério das Comunicações, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SAÚDE
DESENVOLVIMENTO
RENDIMENTO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
INCLUSÃO SOCIAL
ACESSO A BENS E SERVIÇOS
TRABALHO DIGNO
EDUCAÇÃO
IGUALDADE

APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO	9
CRESCIMENTO COM INCLUSÃO SOCIAL	11
RENDA DAS FAMÍLIAS CRESCE EM TODO O PAÍS E REDUZ DESIGUALDADES	13
Renda real apresenta crescimento forte e contínuo	14
Renda domiciliar aumenta e reduz desigualdades regionais	15
Renda dos mais pobres é a que mais cresce	16
Índice de Gini reflete melhora na distribuição de renda regional	17
População em situação de extrema pobreza apresentou expressiva redução	18
CRESCIMENTO DO EMPREGO COM QUALIDADE	20
Crescimento contínuo das oportunidades de trabalho	21
Expansão de oportunidades de trabalho leva a baixo patamar do desemprego	22
Formalização crescente aumenta proteção social	23
Trabalho infantil foi fortemente reduzido	25
COM SAÚDE, OS BRASILEIROS ESTÃO VIVENDO MAIS	27
Aumentou a expectativa de vida dos brasileiros	28
Prevenção, atenção pré-hospitalar às urgências e distribuição de medicamentos reduzem mortalidade por AVC	29
Brasil antecipa em quatro anos o cumprimento da meta de redução da mortalidade infantil	30
Mortalidade Materna foi reduzida significativamente	31
Diminuiu a incidência de doenças infectocontagiosas evitáveis por vacinas	32
ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE E DA QUALIDADE DO ENSINO	35
Ensino fundamental ao alcance de todos	36
Estudantes permanecem cada vez mais na escola	37
Brasileiro estuda mais a cada geração	38
Taxa de analfabetismo diminui em todo o País	39
A qualidade do ensino está cada vez melhor	40
CRESCER O ACESSO A BENS E SERVIÇOS	43
Universalização do acesso à energia elétrica	44
Ampliação da cobertura do abastecimento de água e do esgotamento sanitário	45
Proporção de domicílios com acesso à Internet cresceu em todo o território nacional	46
Aumenta o número de domicílios com acesso ao telefone	47
Cresce acesso a bens duráveis	48
ANEXO ESTATÍSTICO	50





Desenvolvimento com inclusão social e agenda estratégica das políticas públicas nos últimos anos têm proporcionado avanços sociais significativos no País, como revela esta segunda edição do relatório Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro – IDB”. Níveis crescentes de emprego e renda, ampliação do acesso à educação, saneamento e moradia, queda sistemática da mortalidade infantil e aproximação da taxa de extrema pobreza a patamares próximos de sua superação são algumas das principais tendências apontadas pelos indicadores trazidos nesse relatório e em vários outros estudos realizados por pesquisadores brasileiros e instituições internacionais.

Essa evolução positiva do panorama social do País não é fortuita. Ao contrário, resulta da conjugação de uma série de decisões no campo da política social, da política econômica e de investimentos em infraestrutura. Por um lado, há esforços concretos de destinação crescente de recursos orçamentários, construção de equipamentos públicos e alocação de pessoal técnico especializado em políticas e programas de natureza universal, na educação, saúde, trabalho, assistência e seguridade social. De outro lado, o governo brasileiro vem propondo e implementando programas e ações inovadoras, reconhecidos internacionalmente, voltados a assegurar às parcelas mais pobres, vulneráveis e historicamente marginalizadas da população brasileira acesso diferenciado ao conjunto de direitos sociais consagrados na Constituição Brasileira de 1988, dos quais o Plano Brasil Sem Miséria e Programa Mais Médicos são exemplos mais recentes.

Essa estratégia de política social, conjugada com as políticas de valorização real do salário mínimo, de qualificação profissional massiva pelo Pronatec – presente em 3,8 mil municípios brasileiros - e de ampliação do acesso ao crédito, em ambiente de baixa inflação, mostrou-se essencial para criação de um círculo virtuoso de crescimento, com contínua geração de emprego formal e ampliação da renda. O consequente fortalecimento do mercado interno tornou-se um dos motores do modelo de desenvolvimento brasileiro, demonstrando que a promoção social, decorrente da redução das desigualdades, é também uma estratégia de política econômica.

Outro elemento importante deste período foi a consolidação de uma dinâmica positiva entre investimento público e privado, por meio do resgate da capacidade de realizar investimentos em infraestrutura econômica, social e urbana. Medidas como o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o “Minha Casa Minha Vida” e o Programa de Investimento em Logística (PIL), combinados à aprovação de novos marcos regulatórios setoriais, garantiram a reorientação da atuação do Estado para promoção desses investimentos, ampliando as potencialidades econômicas e sociais do País.

Certamente, tais determinações em termos de política social, econômica e de infraestrutura tiveram seus efeitos expandidos em função dos esforços de natureza político-institucional de recuperação da capacidade de planejamento e gestão do setor público brasileiro, de aprimoramento da articulação federativa e intersetorial na implementação de políticas públicas e de reconhecimento do diálogo aberto e franco com a sociedade e os movimentos sociais como princípio básico de governança.

Os efeitos desta estratégia de Desenvolvimento com Inclusão Social são apresentados no presente relatório IDB por meio de uma seleção de indicadores sociais. Embora não exaustivos, eles proporcionam uma visão abrangente e plural do progresso social ininterrupto pelo qual o Brasil vem passando nos últimos anos.

SAÚDE
EDUCAÇÃO
DESENVOLVIMENTO
SAÚDE
INCLUSÃO SOCIAL
ACESSO A BENS E SERVIÇOS
RENDIMENTO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
TRABALHO DIGNO
RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE
SAÚDE
RENDIMENTO
SAÚDE
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
SAÚDE
EDUCAÇÃO
RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE
IGUALDADE
SAÚDE
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
TRABALHO DIGNO
EDUCAÇÃO
SAÚDE
ACESSO A BENS E SERVIÇOS
ACESSO A BENS E SERVIÇOS
ACESSO A BENS E SERVIÇOS
TRABALHO DIGNO
EDUCAÇÃO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
TRABALHO DIGNO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
SAÚDE
RENDIMENTO
EDUCAÇÃO
SAÚDE
INCLUSÃO SOCIAL
RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE
DESENVOLVIMENTO
EDUCAÇÃO
SAÚDE
EDUCAÇÃO
RENDIMENTO
EDUCAÇÃO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
EDUCAÇÃO
TRABALHO DIGNO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
TRABALHO DIGNO
RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE
IGUALDADE
RENDIMENTO
SAÚDE
EDUCAÇÃO

Desde que as medidas que formam o Produto Interno Bruto (PIB) foram apresentadas ao mundo há 80 anos, o indicador se tornou uma das principais referências na formulação de políticas com foco no “crescimento” e na “riqueza” de um país ou um território.

Mais de seis décadas depois, o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) surgiu como um dos marcos para uma mudança nesse paradigma, ao defender – até os dias atuais – que “as pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação”.

Hoje, cada vez mais, especialistas, governos, organismos internacionais, setor privado e sociedade civil trabalham para desenvolver e encontrar medidas que captem melhor as condições de vida da população e que possam nos orientar nas tomadas de decisão, na elaboração de políticas públicas, na proteção do planeta e, acima de tudo, na promoção do bem-estar das pessoas.

O relatório “Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro” chega à sua segunda edição como uma prova concreta de que essa busca por medições capazes de refletir o desenvolvimento humano em uma sociedade deve ser constante. Estes dados mostram o notável avanço do Brasil nesta área, fruto dos esforços de promoção do desenvolvimento com foco nas pessoas.

Mas não é fácil passar da experiência para o conhecimento. É preciso que o monitoramento e a avaliação construam essa ponte. Instrumentos e exercícios como este relatório contribuem para que o Brasil aprimore o direcionamento de suas políticas e programas, alcançando resultados significativos na integração das áreas social, econômica e ambiental, promovendo o verdadeiro desenvolvimento sustentável.

Durante a Rio+20, há dois anos, a administradora do PNUD, Helen Clark, ao citar o Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global, nomeado pelo Secretário-Geral da ONU, fez uma observação importante: “se algo não pode ser medido, não pode ser gerenciado.”

O Brasil conta hoje com alguns dos melhores sistemas de gerenciamento de dados estatísticos do mundo e tem utilizado muito bem essas ferramentas para gerar conhecimento e resultados positivos na formulação e implementação de suas políticas públicas. Essa evolução tem chamado a atenção de outros países que enfrentam obstáculos semelhantes em muitas áreas.

Acreditamos que esses passos favorecem o aprimoramento e as inovações em políticas sociais, ajudando não apenas o País a superar seus passivos históricos em termos de desenvolvimento humano – como já temos testemunhado nas últimas décadas –, mas também contribuindo para o progresso de outras nações que buscam aperfeiçoar seus sistemas de dados ao mesmo tempo em que melhoram o impacto de seus programas e políticas voltados para o bem-estar dos cidadãos.

Jorge Chediek

*Representante Residente do PNUD no Brasil
Coordenador Residente do Sistema ONU no Brasil*

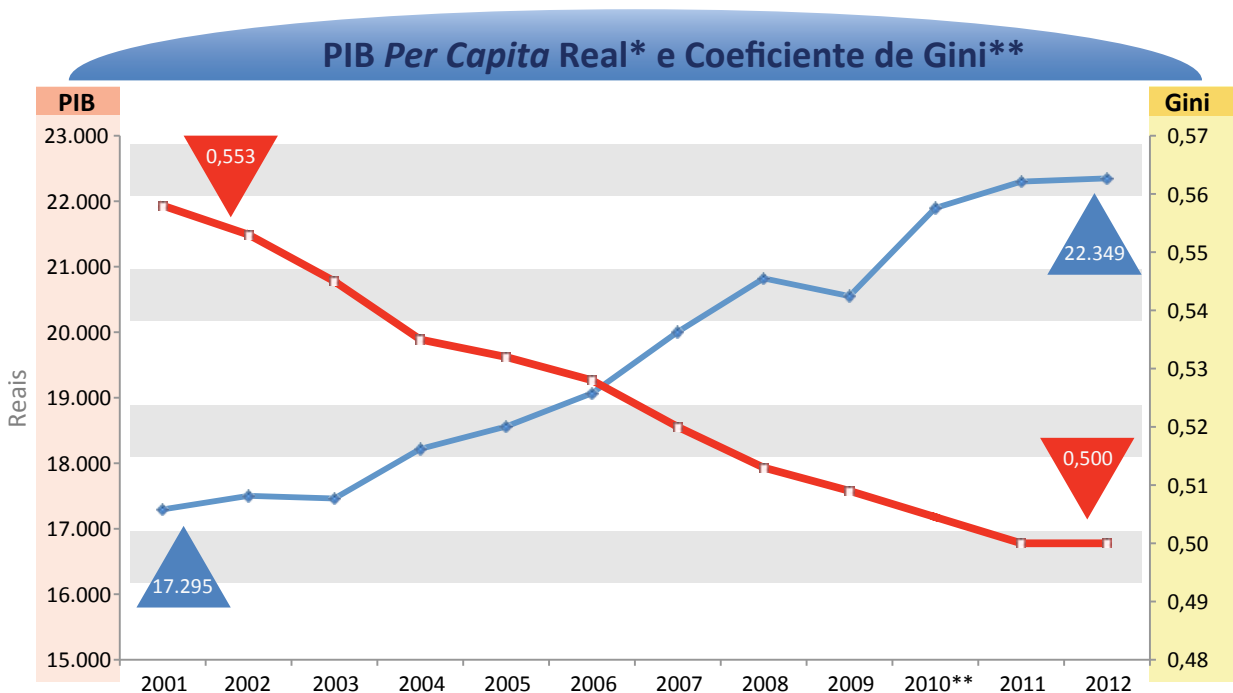


*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*

Crescimento com inclusão social

No Período 2001-2012, a economia brasileira foi marcada pela combinação de crescimento econômico e melhora da distribuição de renda. O PIB *per capita* real brasileiro aumentou 29% e foi caracterizado por uma evolução mais favorável da renda da população mais pobre.

O Coeficiente de Gini vem caindo de forma significativa ao longo dos anos 2000, passando de 0,553 para 0,500 entre 2001 e 2012. Esses resultados positivos são complementados por diversas conquistas no campo da redução da pobreza, do mercado de trabalho, da educação, da saúde e do acesso a bens e serviços que são apresentadas nas páginas seguintes.



Fonte: NSCN/IBGE e PNAD/IBGE.

* Valores atualizados pelo deflator do PIB (2012).

**Rendimento mensal domiciliar.

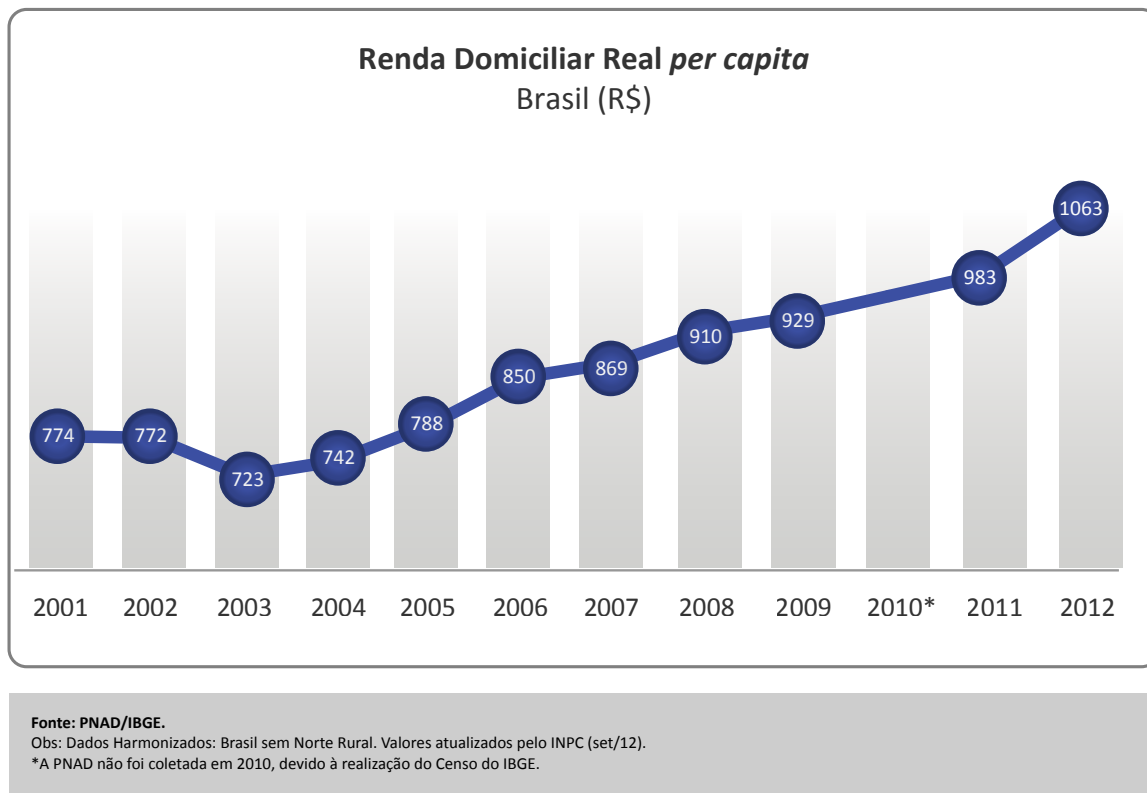
***A PNAD não foi coletada em 2010, devido à realização do Censo do IBGE.

—●— PIB *per capita* real
—■— Gini PNAD

SAÚDE
EDUCAÇÃO
DESENVOLVIMENTO
SAÚDE
INCLUSÃO SOCIAL
ACESSO A BENS E SERVIÇOS
RENDIMENTO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
TRABALHO DIGNO
RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE
SAÚDE
RENDIMENTO
SAÚDE
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
SAÚDE
INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE
EDUCAÇÃO
RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
ACESSO A BENS E SERVIÇOS
ACESSO A BENS E SERVIÇOS
ACESSO A BENS E SERVIÇOS
TRABALHO DIGNO
EDUCAÇÃO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
TRABALHO DIGNO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
SAÚDE
RENDIMENTO
EDUCAÇÃO
SAÚDE
INCLUSÃO SOCIAL
RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE
DESENVOLVIMENTO
EDUCAÇÃO
SAÚDE
EDUCAÇÃO
RENDIMENTO
EDUCAÇÃO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
EDUCAÇÃO
TRABALHO DIGNO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
TRABALHO DIGNO
RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE
IGUALDADE
RENDIMENTO
SAÚDE
EDUCAÇÃO

**RENDA DAS FAMÍLIAS CRESCE EM TODO O PAÍS E
REDUZ DESIGUALDADES**

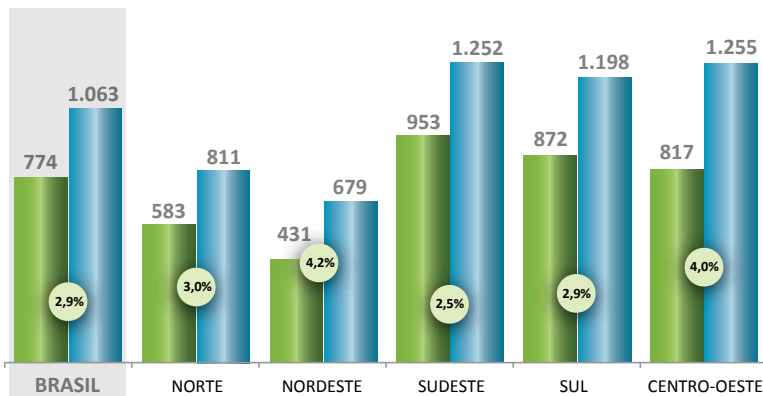
Renda real apresenta crescimento forte e contínuo



A renda domiciliar *per capita* tem crescido, desde 2004, a uma taxa média de 4,4% ao ano, passando de R\$ 723 em 2003 para R\$ 1063 em 2012 (em valores atualizados). Esse crescimento tem ocorrido de forma mais intensa nas regiões mais pobres e para as parcelas menos favorecidas da população, contribuindo para redução de desigualdades.

Renda domiciliar aumenta e reduz desigualdades regionais

Renda Domiciliar per capita por Região



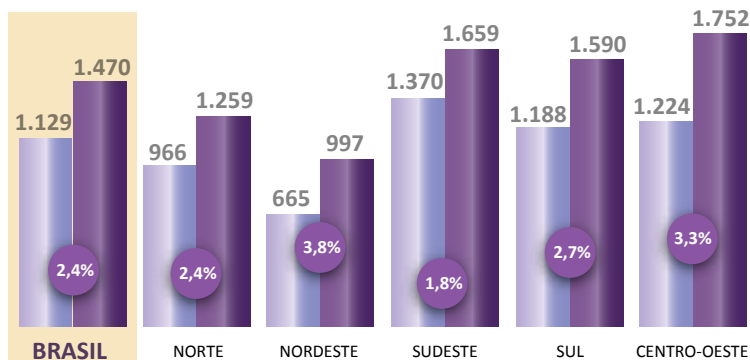
Fonte: PNAD/IBGE.
Obs: Dados Harmonizados: Brasil sem Norte Rural. Valores atualizados pelo INPC (set/12)

■ 2001 ■ 2012
○ Variação (% a.a.)

O crescimento da renda domiciliar *per capita* – que incorpora todas as fontes de renda, incluindo transferências – ocorreu em todo o País, mas foi mais intenso nas regiões de menor renda. No Nordeste, esse aumento foi de 4,2% ao ano, 45% acima da média nacional.

Essa redução das desigualdades regionais também é observada

Rendimento Médio Real do Trabalho Principal



Fonte: PNAD/IBGE.
Obs: Dados Harmonizados: Brasil sem Norte Rural. Valores atualizados pelo INPC (set/12).

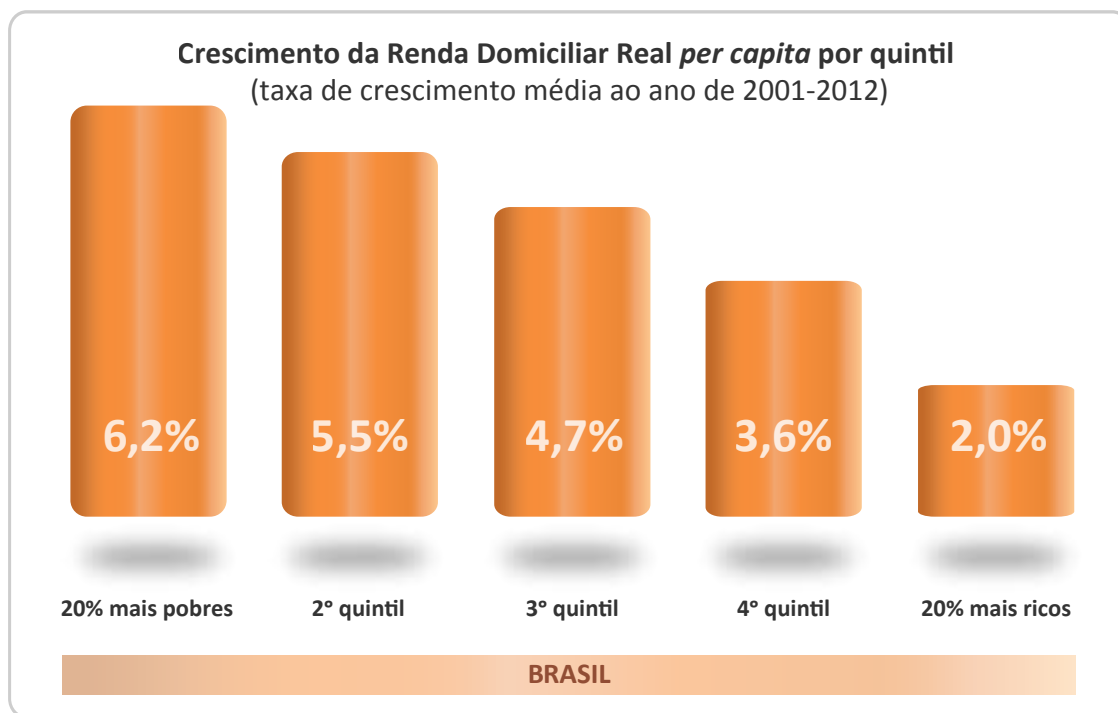
■ 2001 ■ 2012
○ Variação (% a.a.)

quando se consideram somente as fontes relacionadas ao trabalho. No Nordeste, a renda do trabalho expandiu-se, em média, 3,8% ao ano, acima dos 2,4% observados no País.

O crescimento econômico da última década beneficiou de forma mais significativa a população de

Renda dos mais pobres é a que mais cresce

renda mais baixa, contribuindo para reverter a histórica desigualdade no País. Entre 2001 e 2012, a renda dos 20% mais pobres aumentou em ritmo três vezes maior do que a dos mais ricos (6,2% ao ano em média acima da inflação ante 2,0% de aumento para os mais ricos). A renda média domiciliar *per capita* mensal dos 20% mais pobres passou de R\$ 101 em 2001 para R\$ 195 em 2012.

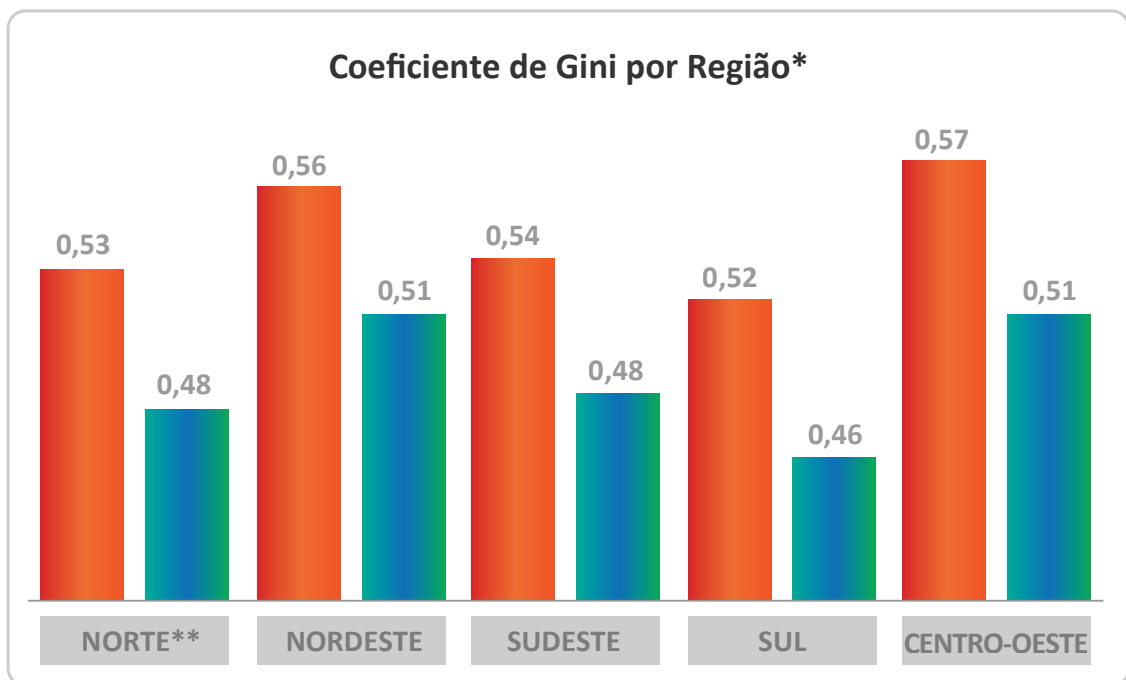


Fonte: PNAD/IBGE.

Obs: Dados Harmonizados: Brasil sem Norte Rural.

Coeficiente de Gini reflete melhora na distribuição de renda regional

A melhoria do perfil distributivo da renda no País – revelado pela trajetória declinante do Coeficiente de Gini entre 2001 e 2012 – foi constatada em todas as regiões. No Sul, Sudeste e Norte Urbano, o Coeficiente de Gini caiu para um patamar inferior a 0,5, nível ainda elevado em termos comparativos internacionais, mas significativo em termos da reversão da trajetória ascendente desse indicador no País em décadas anteriores. No Nordeste e Centro-Oeste, regiões de pior quadro distributivo em 2001, o Coeficiente de Gini convergiu para o patamar de 0,5.



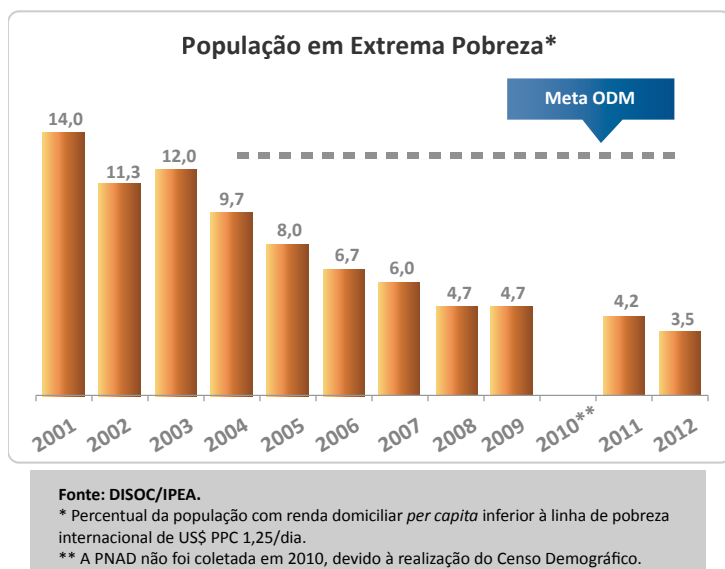
Fonte: PNAD/IBGE.

* Rendimento mensal domiciliar.

** Norte Urbano.

■ 2001 ■ 2012

População em situação de extrema pobreza apresentou expressiva redução



Como resultado do aumento mais acentuado da renda das famílias mais pobres ao longo de 2001 a 2012, a extrema pobreza reduziu-se de forma muito significativa no período. Em 2001, 14,0% da população brasileira dispunha de renda domiciliar *per capita* até US\$ 1,25/dia, linha internacional de extrema pobreza empregada no acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM. Onze anos depois, em 2012, a extrema pobreza havia sido reduzida para 3,5% da população.

A redução da parcela da população em extrema pobreza foi acompanhada, ao longo do período, de outros dois processos também virtuosos: a diminuição da desigualdade entre os mais pobres e a aproximação da renda média dos mesmos ao patamar da linha internacional de pobreza. Essas tendências são captadas pelo indicador de Intensidade ou Hiato relativo da Extrema Pobreza que, entre 2001 e 2012, caiu de 6,0% para 1,9%. Em síntese, a extrema pobreza diminuiu significativamente em nível e em intensidade nesse período, apontando para proximidade de sua superação.

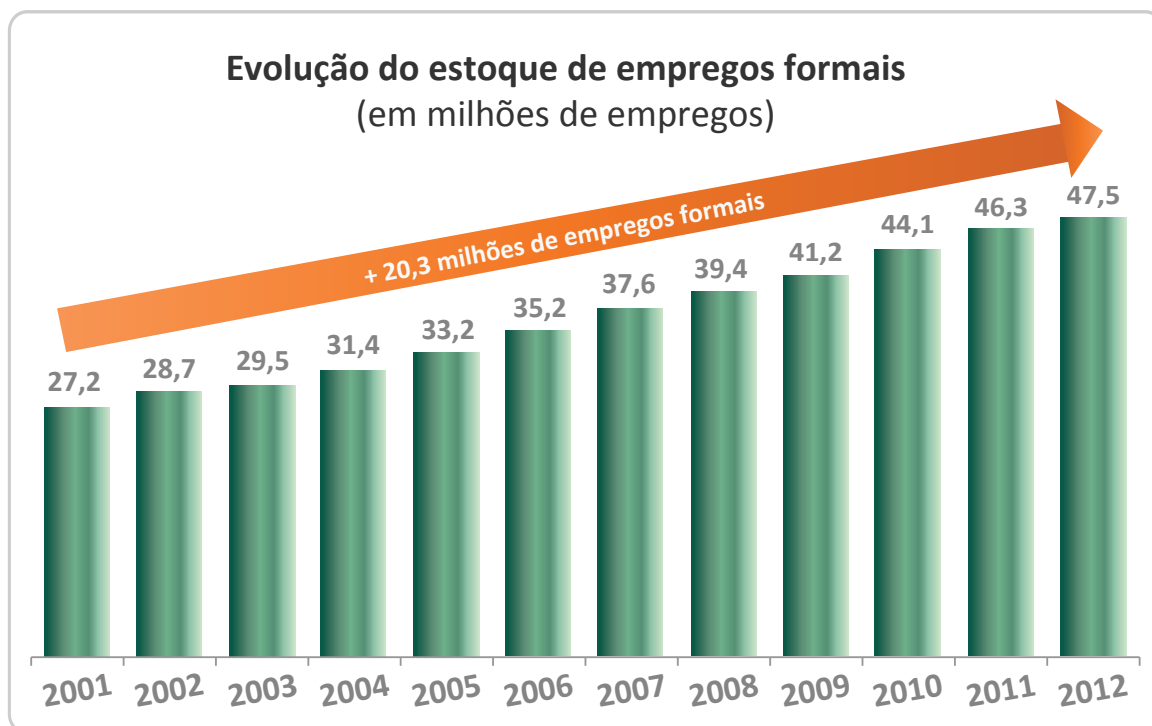


SAÚDE
EDUCAÇÃO
DESENVOLVIMENTO
SAÚDE
INCLUSÃO SOCIAL
ACESSO A BENS E SERVIÇOS
RENDIMENTO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
TRABALHO DIGNO
RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE
SAÚDE
RENDIMENTO
SAÚDE
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
SAÚDE
INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE
EDUCAÇÃO
RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
ACESSO A BENS E SERVIÇOS
ACESSO A BENS E SERVIÇOS
ACESSO A BENS E SERVIÇOS
TRABALHO DIGNO
EDUCAÇÃO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
TRABALHO DIGNO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
INCLUSÃO SOCIAL
RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE
DESENVOLVIMENTO
EDUCAÇÃO
SAÚDE
EDUCAÇÃO
RENDIMENTO
EDUCAÇÃO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
EDUCAÇÃO
TRABALHO DIGNO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
TRABALHO DIGNO
RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE
IGUALDADE
RENDIMENTO
SAÚDE
EDUCAÇÃO

CRESCIMENTO DO EMPREGO COM QUALIDADE

Crescimento contínuo das oportunidades de trabalho

O crescimento econômico trouxe cada vez mais oportunidades de inserção profissional aos trabalhadores brasileiros. De 2001 a 2012, foram gerados 20,3 milhões de empregos formais.

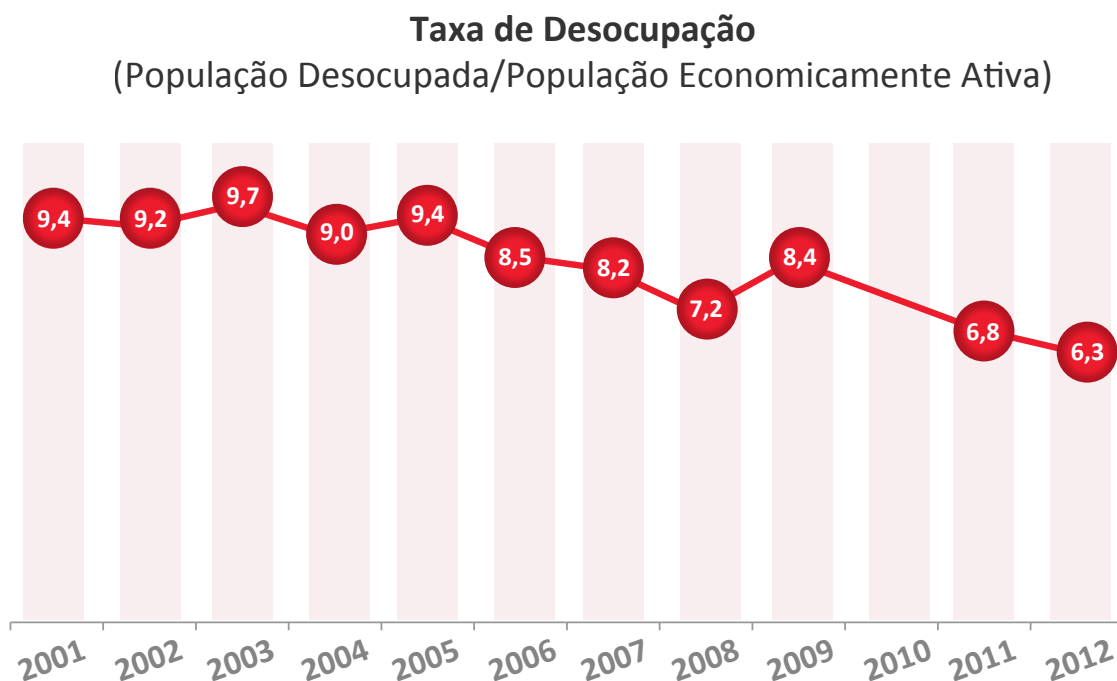


Fonte: RAIS/MTE.

Obs: Saldos em final de período.

Expansão de oportunidades de trabalho leva a baixo patamar do desemprego

O resultado dessa forte expansão do emprego foi uma significativa redução na taxa de desocupação, que passou de 9,4% em 2001 para 6,3% em 2012. Cabe lembrar que a elevação do rendimento real, combinada com um maior número de pessoas ocupadas, leva ao aumento da massa salarial e, conseqüentemente, do consumo das famílias.



Fonte: PNAD/IBGE.

Obs: Dados Harmonizados: Brasil sem Norte Rural.

Formalização crescente aumenta proteção social

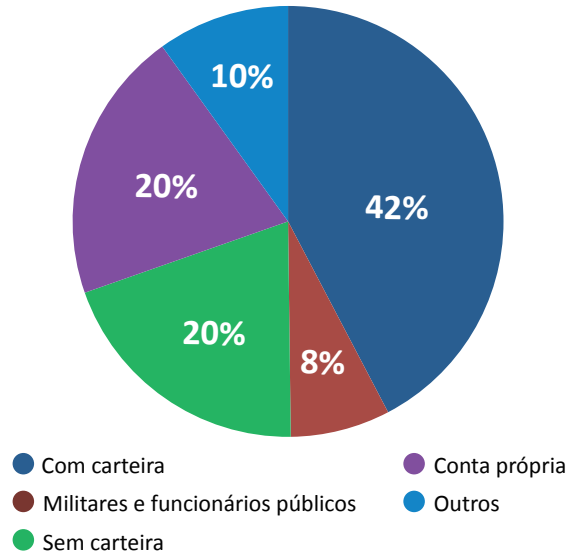
Participação por tipo de vínculo em 2001



Fonte: IBGE.

Obs: Dados Harmonizados: Brasil sem Norte Rural.

Participação por tipo de vínculo em 2012

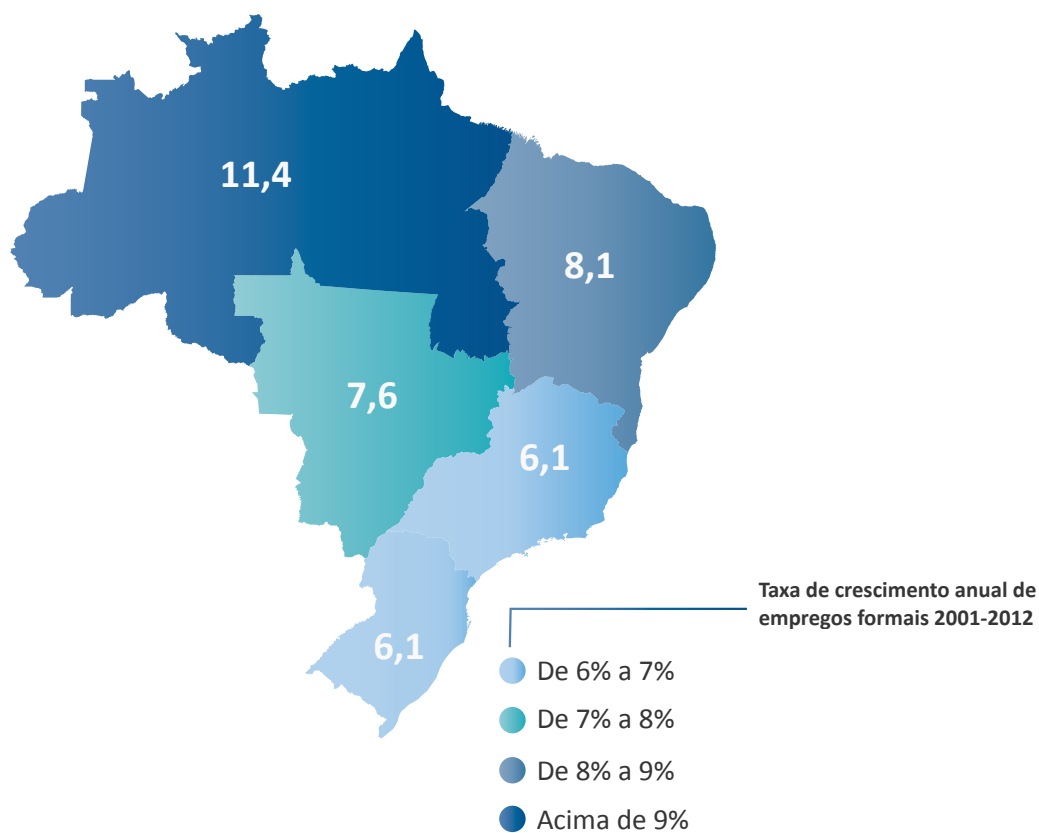


Fonte: IBGE.

Obs: Dados Harmonizados: Brasil sem Norte Rural.

Houve também uma melhora qualitativa das novas oportunidades de trabalho criadas. O percentual de trabalhadores do setor privado com carteira assinada se elevou no período, passando de 32% do total da população ocupada em 2001 para 42% em 2012, e o percentual de trabalhadores sem carteira caiu, de 24% para 20%. Essa maior formalização é importante porque garante, a um número maior de trabalhadores, renda mensal não inferior ao salário mínimo e mais proteção em casos de perda do emprego, acidente de trabalho, gravidez, doença e incapacidade.

Taxa de Crescimento anual de vínculos formais 2001/2011 por Regiões



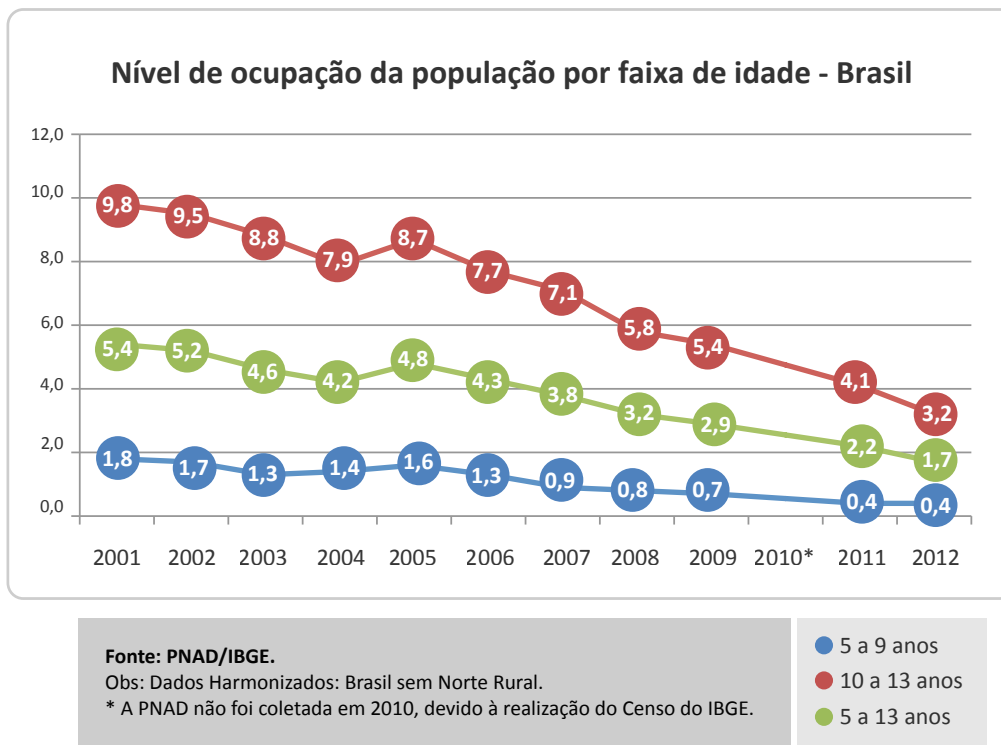
Fonte: RAIS/MTE 2001 e 2014. Elaboração SPI/MP.

A melhora foi disseminada por todas as regiões, com as maiores taxas de crescimento da formalização de vínculos de trabalhos nas regiões Norte e Nordeste, onde o ritmo de crescimento do emprego formal foi, respectivamente, de 11,42% e 8,10% em média ao ano.

Trabalho infantil foi fortemente reduzido

Ao mesmo tempo em que as oportunidades cresceram para os adultos, entre 2001 e 2012, observou-se uma redução de 69% na proporção de crianças entre 5 e 13 anos que trabalhavam.

A queda do trabalho infantil foi ainda maior para as crianças de 5 a 9 anos (78% de recuo no período, alcançando nível de ocupação de 0,4%). Essa redução ocorreu, sobretudo, no trabalho agrícola, responsável pela maior parcela do trabalho infantil nessa faixa de idade (71%). Destaca-se ainda que, em 2012, 96,9% das crianças de 5 a 13 anos ocupadas frequentavam a escola.



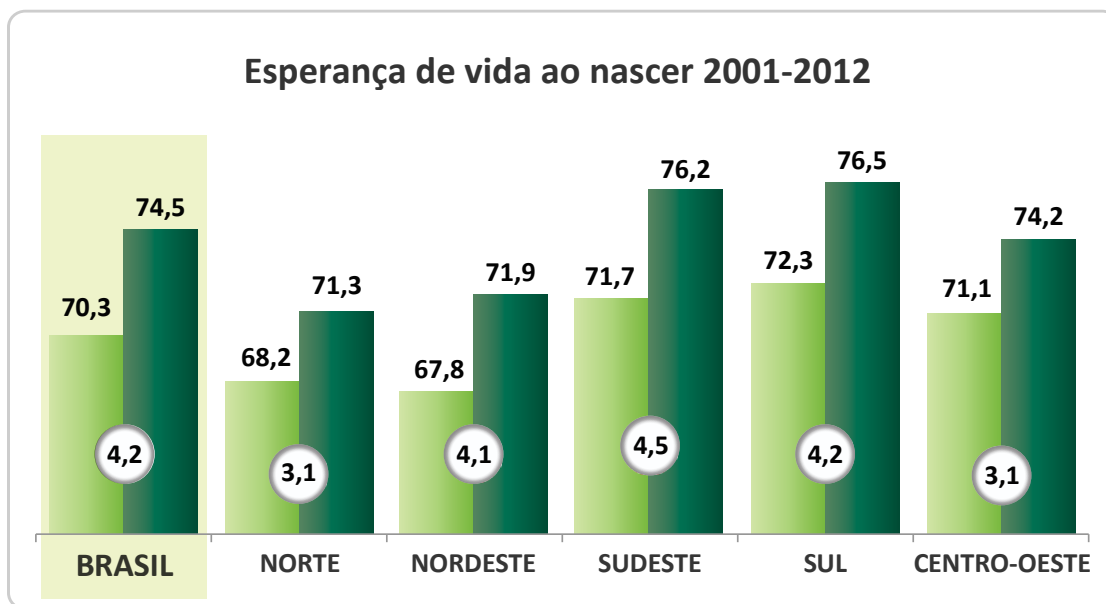
[illegible]

**COM SAÚDE, OS BRASILEIROS
ESTÃO VIVENDO MAIS**

Aumentou a expectativa de vida dos brasileiros

A esperança de vida ao nascer passou de 70,3 anos em 2001 para 74,5 anos em 2012, um incremento de mais de quatro anos. Esse aumento reflete a melhora nas condições de vida e de acesso a serviços de saúde e ocorreu em todas as regiões.

Essa evolução também foi significativa na população feminina. Com isso, a esperança de vida ao nascer das mulheres passou a ser de 78,2 anos em 2012, 4 anos a mais do que em 2001.



Fonte: PNAD/IBGE.

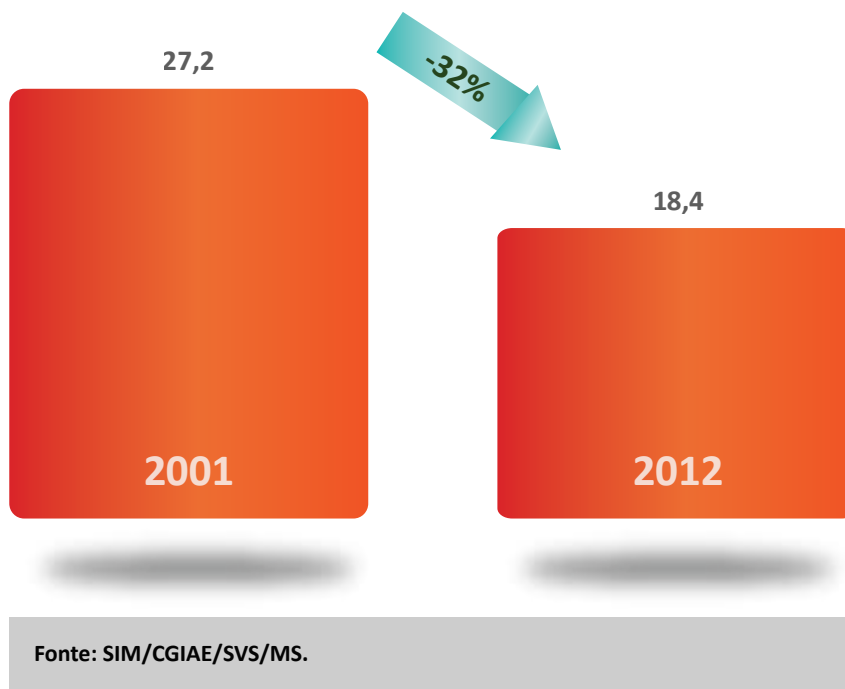
Obs: Dados Harmonizados: Brasil sem Norte Rural.

■ 2001 ■ 2012
○ Variação
(número de anos)

Prevenção, atenção pré-hospitalar às urgências e distribuição de medicamentos reduzem mortalidade por AVC

Há 20 anos, o Acidente Vascular Cerebral (AVC) é a principal causa de morte no Brasil. Porém, a taxa de mortalidade por AVC caiu 32% em onze anos na faixa etária até 70 anos (óbitos evitáveis). O declínio da mortalidade de doenças crônicas não transmissíveis como o AVC está associado a melhorias na atenção médica, maior acesso a medicamentos e redução de fatores de risco, como o tabagismo e o sedentarismo.

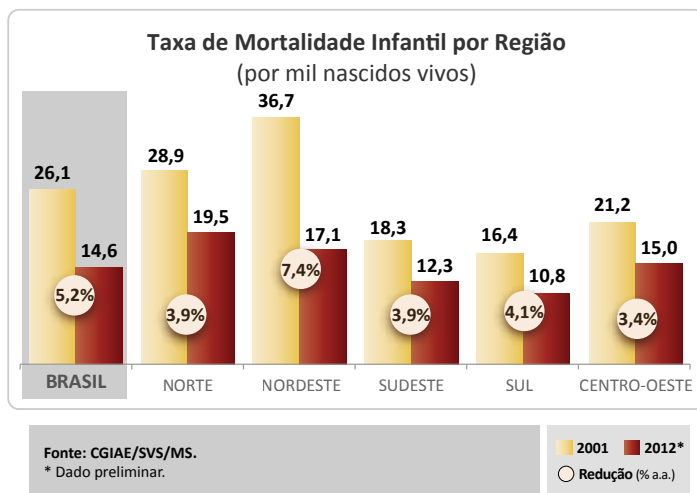
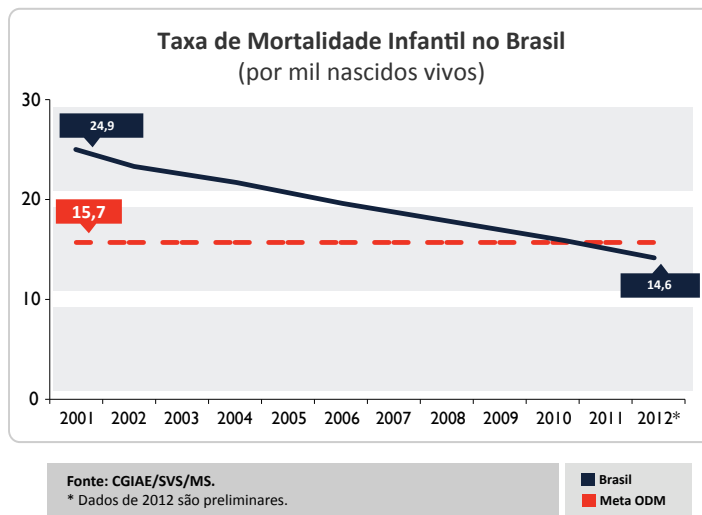
Taxa ajustada (por 100 mil) da mortalidade por AVC na faixa etária até 70 anos



Brasil antecipa em quatro anos o cumprimento da meta de redução da mortalidade infantil

Em 2011, o Brasil já tinha atingido uma das mais importantes metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que é a redução da taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos) em 2/3 entre 1990 e 2015, e continua com a tendência de decréscimo. De acordo com a Organização Mundial de Saúde [Global Health Observatory Data Repository], o Brasil está entre os vinte países que reduziram, em mais de 70%, este indicador nas últimas duas décadas.

Esta redução é devida a queda de seu principal componente a Taxa de Mortalidade Infantil (menores de 1 ano de idade) que recuou de 24,9 óbitos por 1.000 nascidos vivos em 2001 para 14,6 em 2012.



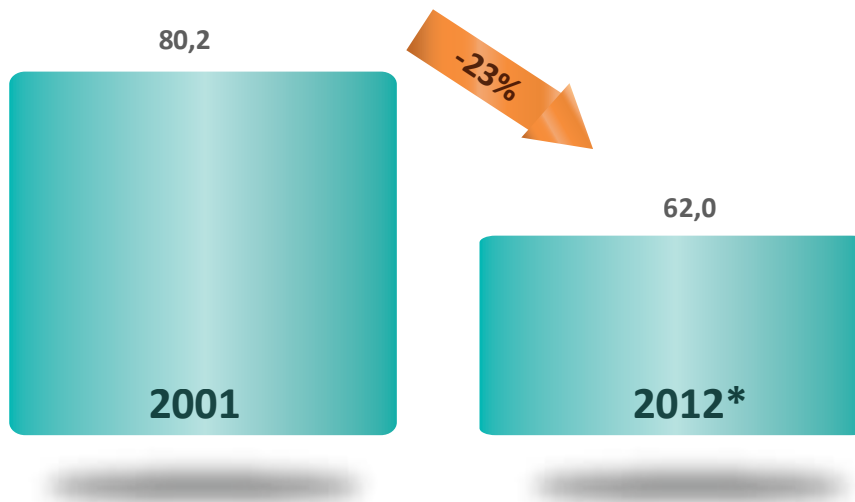
O declínio na taxa de mortalidade infantil permitiu ao Brasil sair da faixa considerada média (20 a 49 óbitos por mil) em 2001 para a baixa (menos de 20), desde 2006. A queda foi generalizada em todas as regiões, mostrando-se mais intensa no Nordeste (7,4% ao ano em média).

Mortalidade Materna foi reduzida significativamente

Entre 2001 e 2012, houve queda de 23% da razão de Mortalidade Materna, que passou de 80,2 para 62 óbitos maternos por 100.000 nascidos vivos, refletindo o maior cuidado com a saúde das mulheres.

Essa redução é ainda mais significativa se considerada a melhora na identificação dos óbitos associados à gravidez em todo o território nacional, com aumento da proporção de óbitos investigados de mulheres em idade fértil passando de 55% para 85%, entre 2009 e 2012, respectivamente.

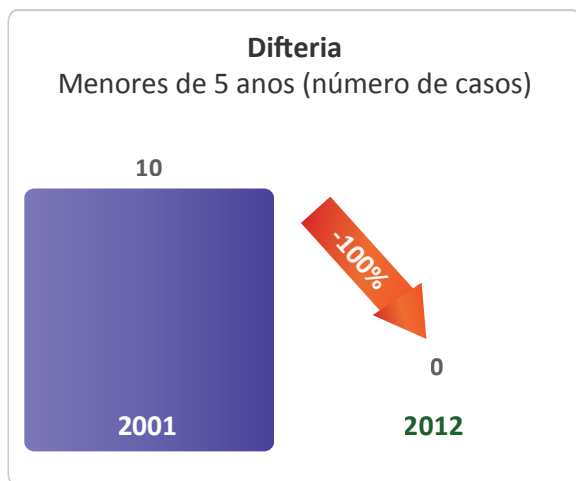
Razão da Mortalidade Materna (por 100 mil nascidos vivos)



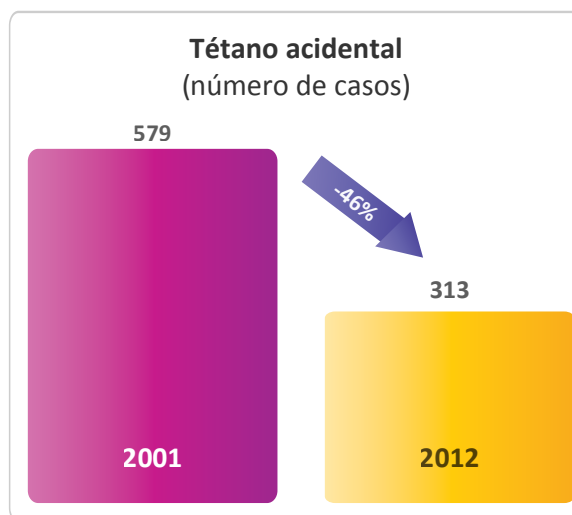
Fonte: CGIAE/SVS/MS.

* Dados de 2012 são preliminares.

Diminuiu a incidência de doenças infectocontagiosas evitáveis por vacinas



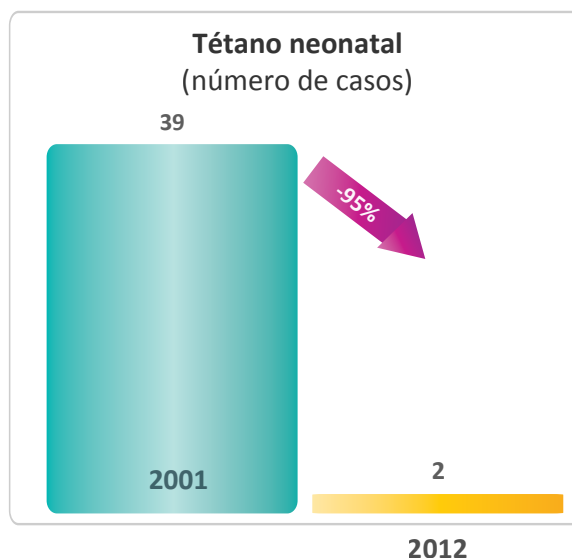
Fonte: Sinan-SVS/MS.



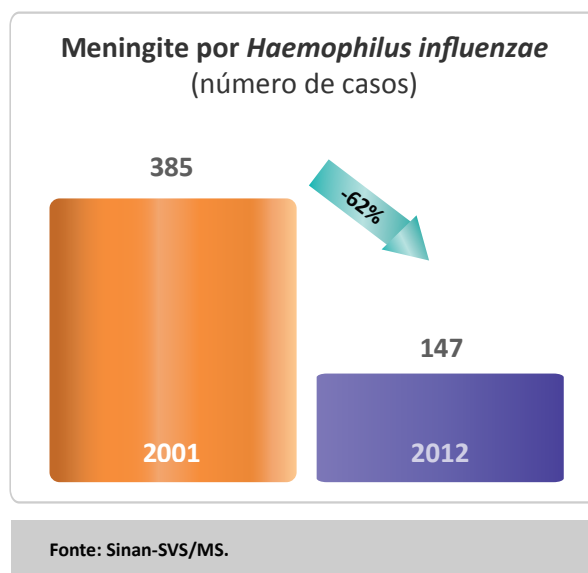
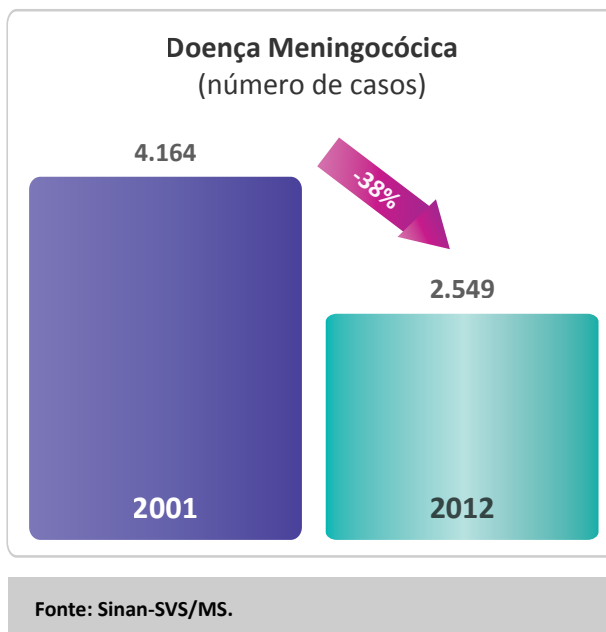
Fonte: Sinan-SVS/MS.

Houve redução na incidência de diversas doenças infectocontagiosas evitáveis por vacinas, além da manutenção de algumas praticamente sem registro de ocorrência no Brasil. Nos últimos onze anos, o número de casos de tétano caiu 46%, de 579 casos em 2001 para 313 em 2012.

Considerando a incidência de tétano neonatal, essa queda chegou a 95%, da rubéola congênita, a 89%, da Doença Meningocócica, a 38% e da Meningite por *Haemophilus influenzae*, a 62%.



Fonte: Sinan-SVS/MS.

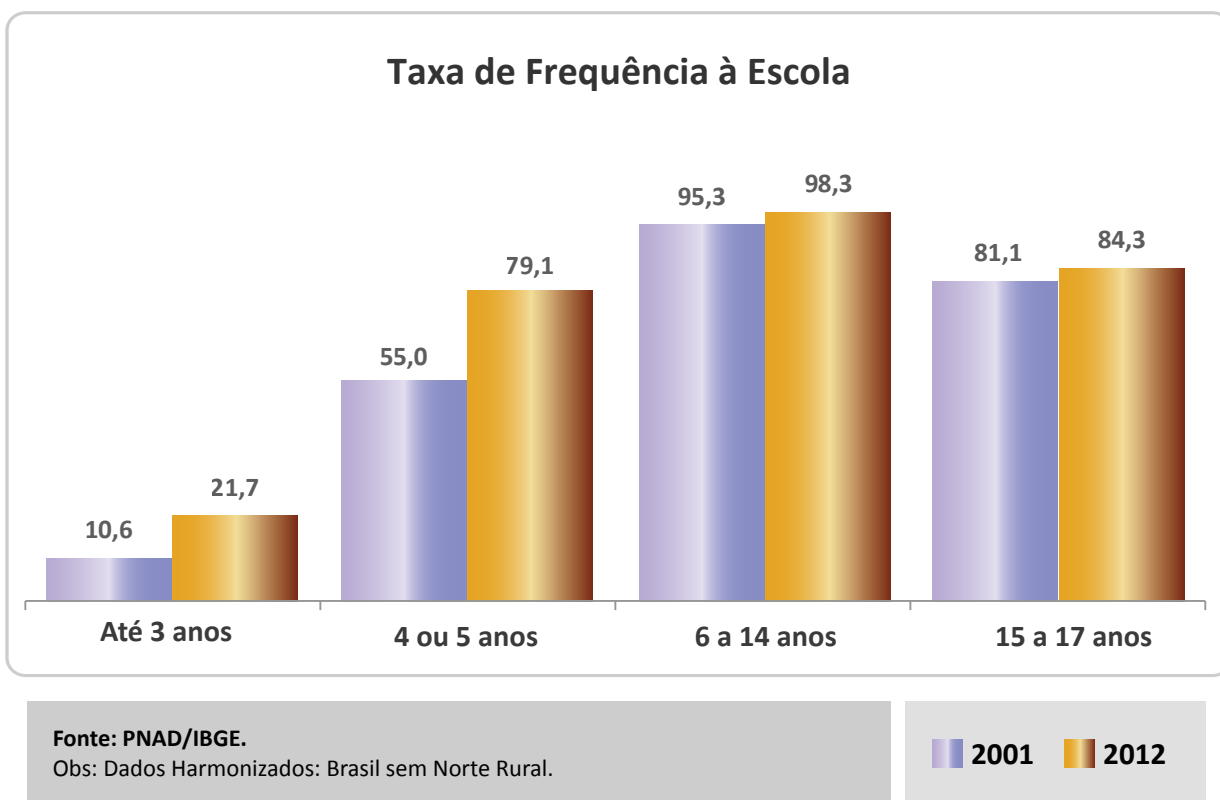


ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE E DA QUALIDADE DO ENSINO

Ensino fundamental ao alcance de todos

As taxas de frequência à escola ou creche mostram melhora na efetivação do direito à educação para a população com até 17 anos.

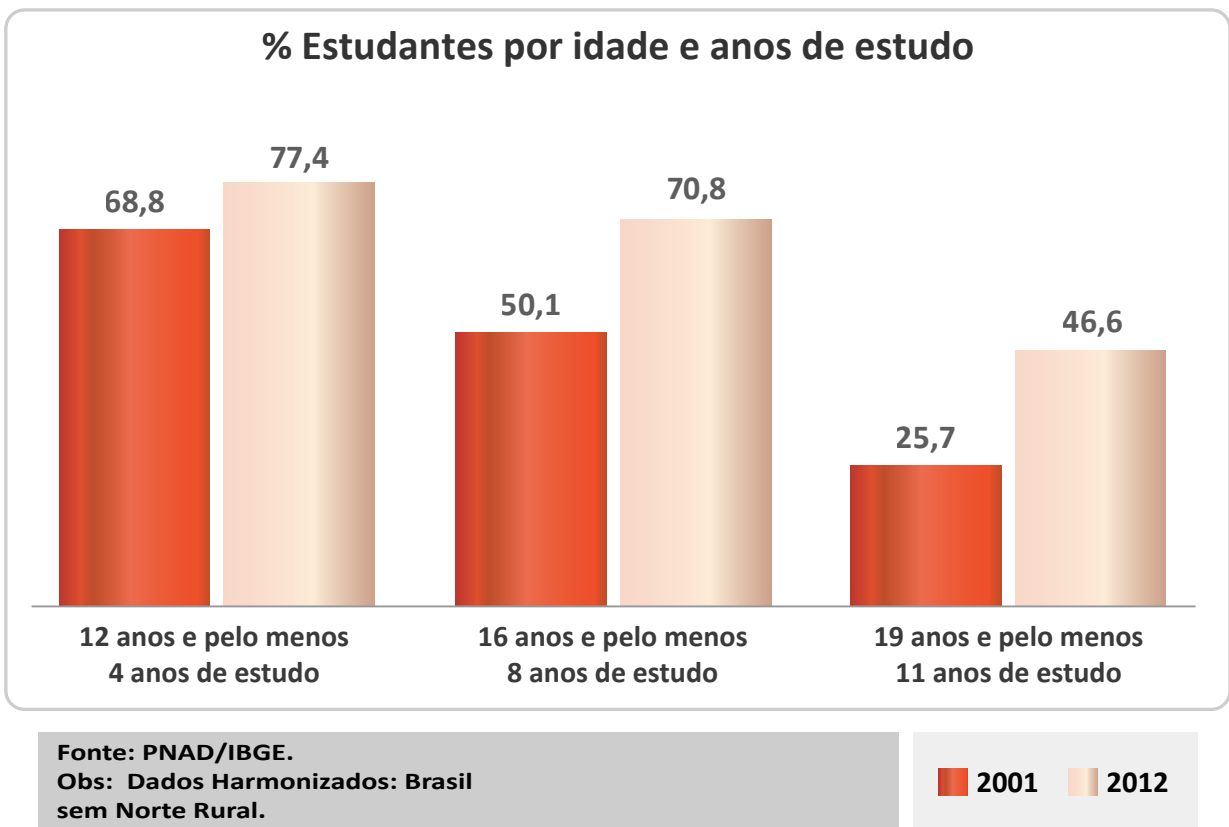
Resultado de um esforço conjunto da União, Estados e Municípios, observou-se um crescimento constante nas taxas de frequência, em todas as faixas etárias. Destaca-se o crescimento na faixa de 4 a 5 anos, de 55,0% em 2001 para 79,1% em 2012, e a universalização do acesso, com 98,3% das crianças com 6 a 14 anos frequentando a escola.



Estudantes permanecem cada vez mais na escola

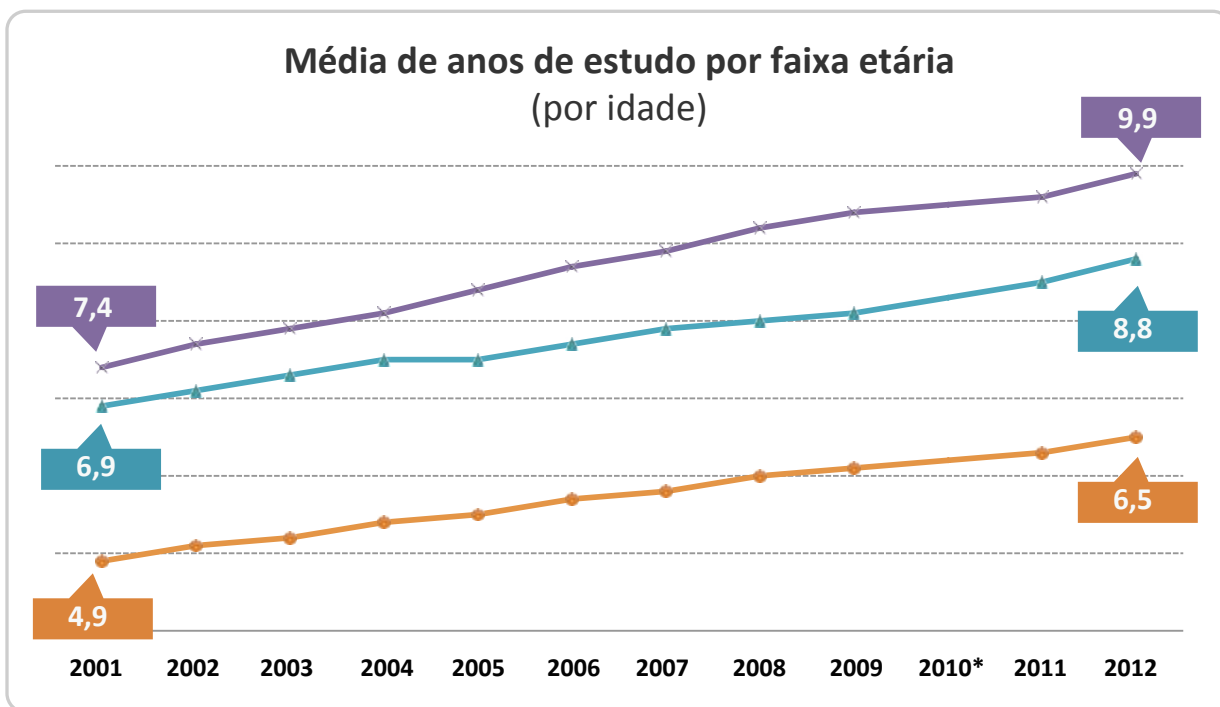
Entre 2001 e 2012, houve incremento na escolaridade dos estudantes em todas as faixas etárias analisadas, o que é importante para o melhor aproveitamento do aprendizado.

Para estudantes com 12 anos de idade, por exemplo, aumentou a proporção daqueles com pelo menos 4 anos de estudo. Esse número e o das outras faixas revelam que é cada vez maior a proporção de estudantes que se aproximam da escolaridade adequada para sua idade.



Brasileiro estuda mais a cada geração

O número médio de anos de estudo da população com 25 anos ou mais de idade cresceu em todas as faixas etárias. Ressalta-se o incremento no número de anos de estudo na faixa etária de 25 aos 30 anos entre 2001 e 2012, que passou de 7,4 para 9,9.



Fonte: PNAD/IBGE.

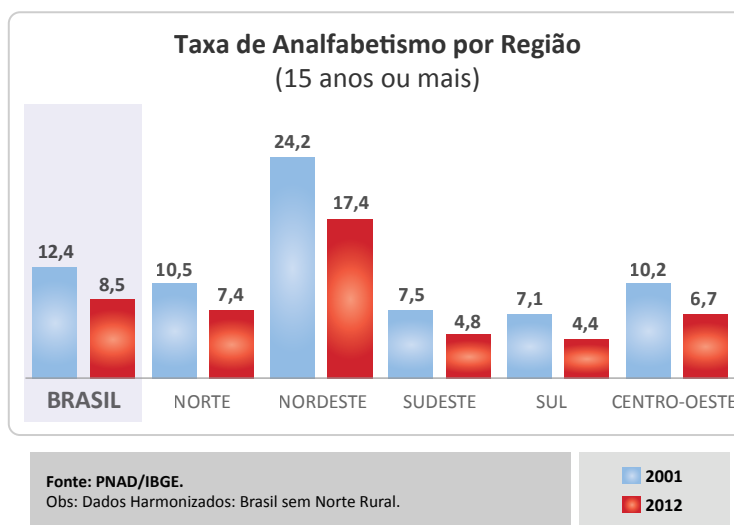
Obs: Dados Harmonizados: Brasil sem Norte Rural.

* A PNAD não foi coletada em 2010, devido à realização do Censo do IBGE.

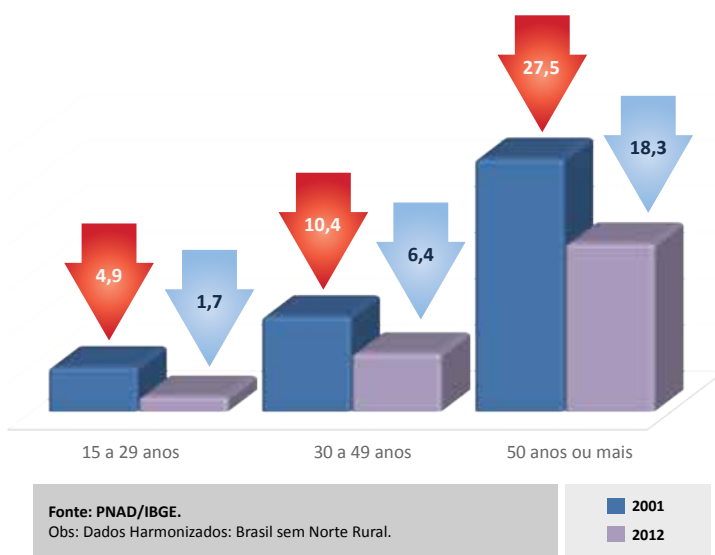
- 25 a 30 anos
- 31 a 40 anos
- 41 anos ou mais

Taxa de analfabetismo diminui em todo o País

O analfabetismo vem diminuindo progressivamente. A taxa de analfabetismo na população com 15 anos ou mais de idade diminuiu consideravelmente na última década, passando de 12,4% em 2001 para 8,5% em 2012. Houve queda em todas as regiões. No Nordeste, região que apresentava o maior índice, a redução foi mais acentuada, de 24,2% em 2001 para 17,4% em 2012.



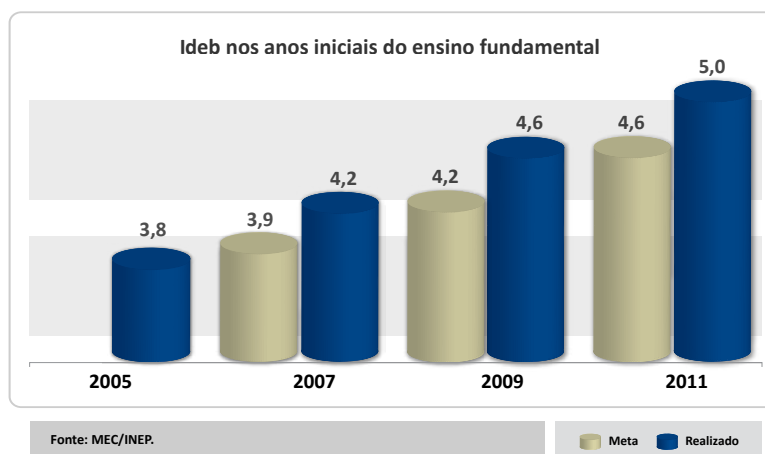
Taxa de Analfabetismo por faixa etária



O analfabetismo está concentrado nas idades mais elevadas, mas apresenta redução em todas as faixas. Na faixa de 15 a 29 anos, a alfabetização já foi universalizada (98,3% em 2012) e, na população com 50 anos ou mais de idade, houve notável redução da parcela analfabeta, de 27,5% em 2001 para 18,3% em 2012.

A qualidade do ensino está cada vez maior

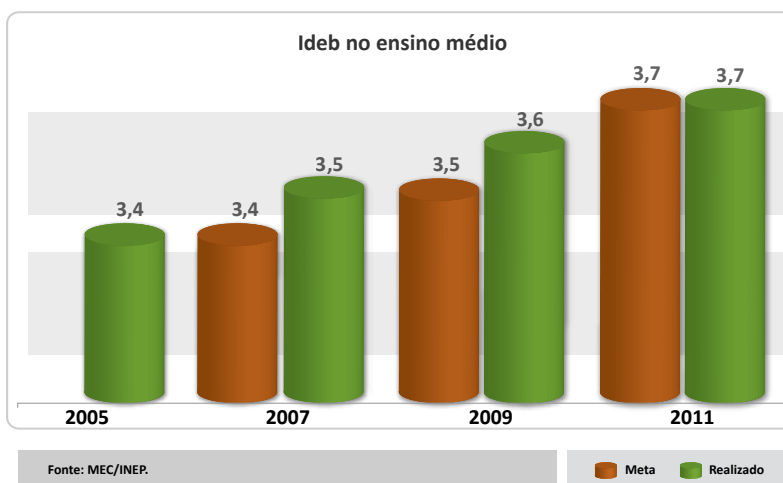
Educação com qualidade é fundamental para o desenvolvimento de qualquer país. Para aferir a qualidade da educação, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O indicador é calculado, a cada dois anos, com base no desempenho do estudante em avaliações nacionais e em taxas de aprovação. Também nesse quesito, o País tem mostrado evolução.



Para os anos iniciais do ensino fundamental, o Ideb subiu de 3,8 em 2005 para 5,0 em 2011. A meta prevista é chegar a 6,0 até 2021, índice correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos.



Nos anos finais do ensino fundamental, o Ideb passou de 3,5 em 2005 para 4,1 em 2011. A meta é atingir o índice de 5,5 até 2021.

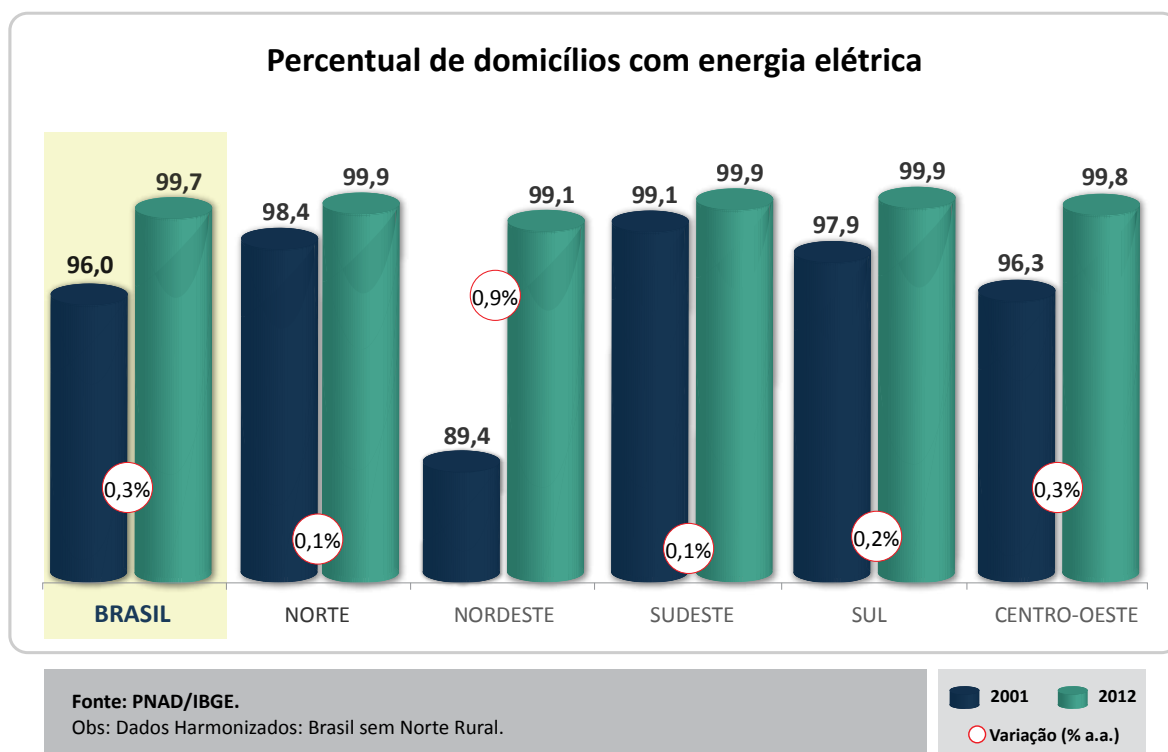


No ensino médio, o Ideb subiu de 3,4 em 2005 para 3,7 em 2011. A meta para 2021 é atingir 5,2.

CRESCER O ACESSO A BENS E SERVIÇOS

Universalização do acesso à energia elétrica

Entre 2001 e 2012, o acesso à energia elétrica foi universalizado. A ampliação do acesso ocorreu em todas as regiões. Destaque para a melhora na região Nordeste (0,9% a.a.), onde o acesso, historicamente, era mais precário.

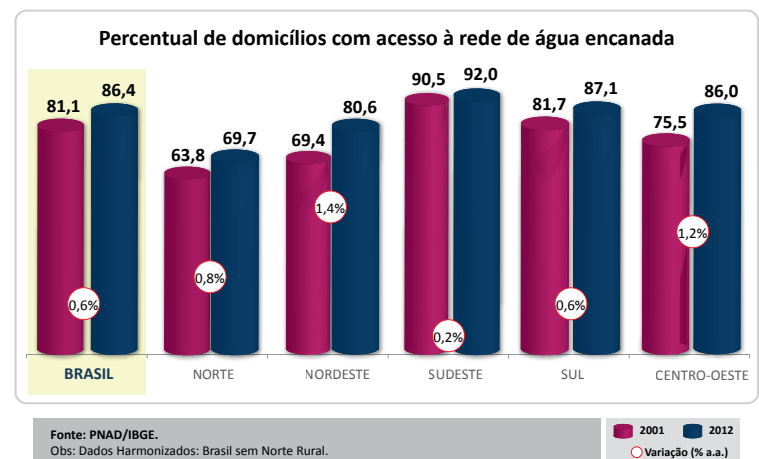
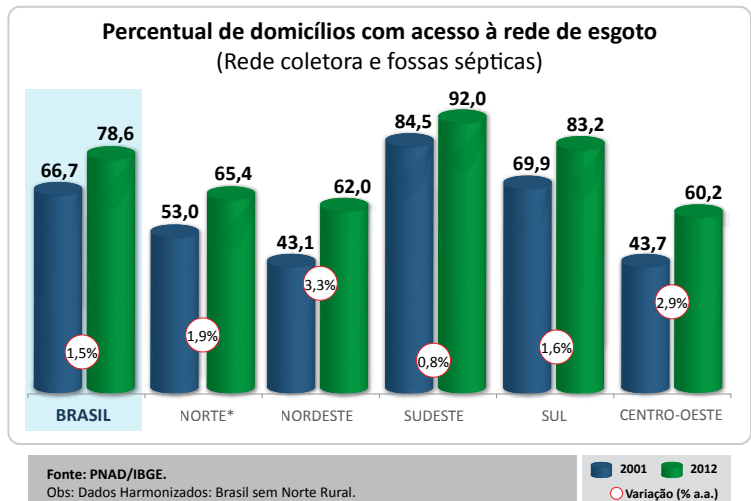


Ampliação da cobertura do abastecimento de água e do esgotamento sanitário

Nos últimos anos, ocorreram avanços significativos nas condições de saneamento básico dos domicílios brasileiros, fundamentais para a preservação do meio ambiente e para a melhoria das condições de saúde da população. Entre 2001 e 2012, mais de 17 milhões de domicílios passaram a dispor de esgotamento sanitário, verificando-se crescimento da cobertura da rede de esgoto e da utilização de fossas sépticas de 66,7% para 78,6% do total de residências.

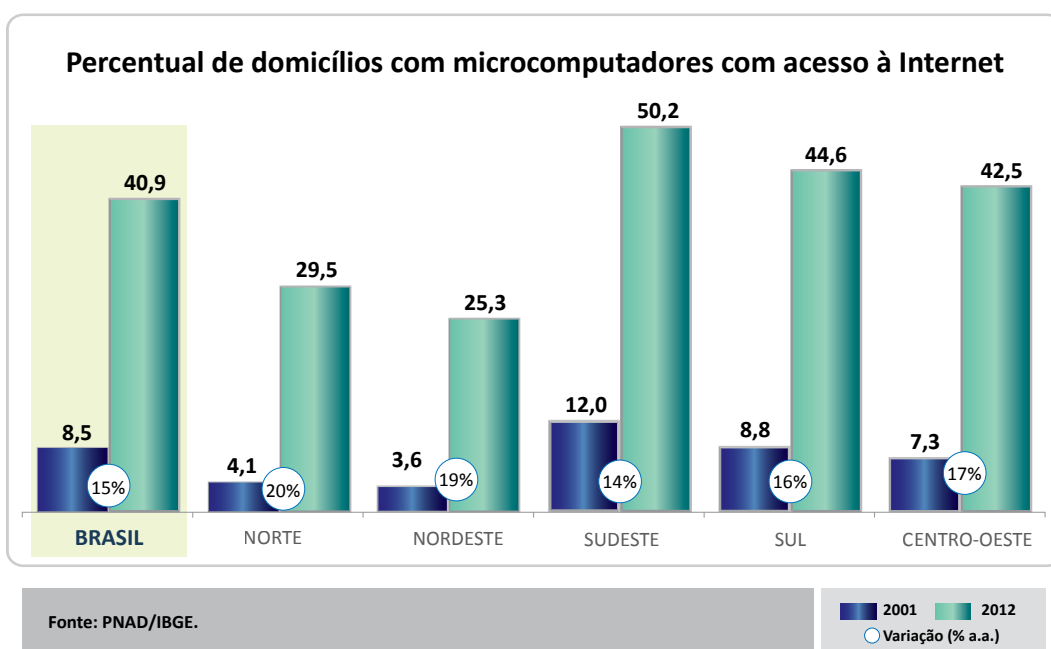
O percentual de domicílios com acesso à rede de água encanada também subiu, de 81,1% em 2001 para 86,4% em 2012, o que significou a expansão dos serviços para cerca de 16 milhões de domicílios no período.

Destaca-se a ampliação da cobertura dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário que foi generalizada, tendo sido mais expressiva nas regiões que registram os menores índices. Dessa forma, avançou-se na redução de iniquidades territoriais de acesso aos serviços.



Proporção de domicílios com acesso à Internet cresceu em todo o território nacional

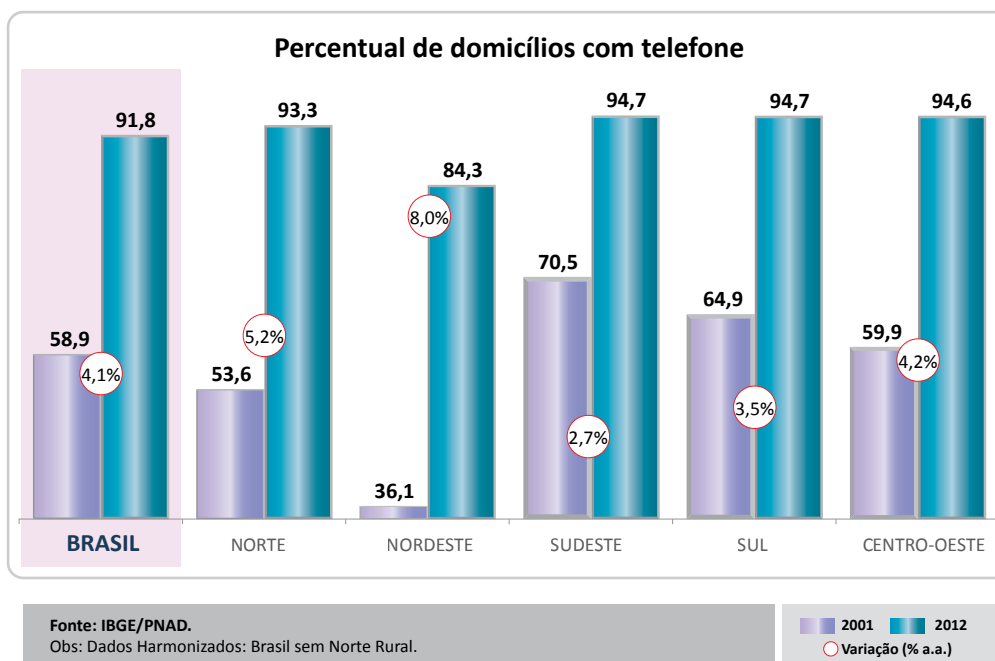
Entre 2001 e 2012, o uso domiciliar da Internet tem crescido 15% ao ano, sendo que o maior crescimento foi observado a partir de 2009. Desde 2001, o bem durável que apresentou maior aumento nos domicílios foi o microcomputador com acesso à Internet, cuja disponibilidade passou de 8,5% para 40,9%. Um contingente de 21,6 milhões de lares, que antes não contavam com acesso à Internet, foram conectados à rede. Esse resultado torna viável que o cidadão receba informações de variadas fontes, possibilita a democratização do conhecimento e facilita o acesso a serviços públicos, à educação e ao trabalho.



Outro ponto importante é que a proporção de domicílios com acesso à Internet cresceu em todo o território nacional e com maior velocidade justamente nas regiões menos atendidas. Entre 2009 e 2012, o crescimento total registrado nas regiões Norte e Nordeste foi de 76%, enquanto a média nacional foi de 47%.

Aumenta o número de domicílios com acesso ao telefone

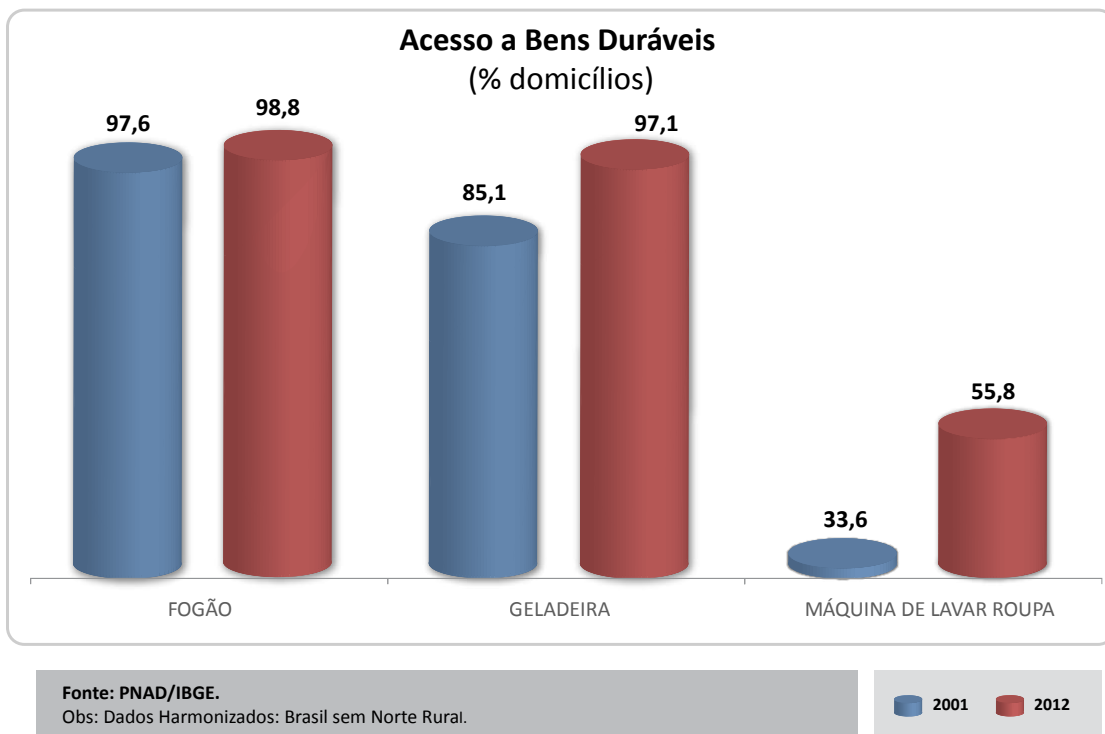
Em 2012, 91,8% dos domicílios brasileiros contavam com pelo menos um tipo de telefone – móvel ou fixo, contra 58,9% em 2001. Contribuíram para essa expansão tanto o aumento da renda e do poder de consumo das famílias quanto a expansão dos serviços – especialmente de telefonia celular, que está presente em 88,8% dos lares (51,4% possuem apenas celular) e cuja infraestrutura atinge atualmente todos os municípios brasileiros.



Cresce acesso a bens duráveis

O acesso a bens de consumo duráveis cresceu em ritmo acelerado no cenário de dinamização do mercado de trabalho, melhoria da renda dos brasileiros e universalização do acesso à energia elétrica.

Em 2012, quase todos os domicílios possuíam fogão e geladeira. Além disso, entre 2001 e 2012, verificou-se um aumento de 22 pontos percentuais na parcela de lares com acesso à máquina de lavar roupa, atingindo a marca de 55,8% dos domicílios brasileiros.



SAÚDE
DESENVOLVIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
EDUCAÇÃO
TRABALHO DIGNO
RENDIMENTO
ACESSO A BENS E SERVIÇOS
IGUALDADE

ANEXO ESTATÍSTICO

Anexo Estatístico

Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes			
Indicadores	2001	2012	Fonte
Expectativa de vida (em anos)	70,3	74,5	IBGE ¹
Média de anos de escolaridade – 25 anos ou mais	6,0	7,6	PNAD/IBGE ²

Índice de Desigualdade de Gênero			
Indicadores	2001	2012 ³	Fonte
Taxa de mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos)	80,2	62,0 ⁴	MS
Taxa de fecundidade na adolescência (nº de filhos para cada 1.000 mulheres de 15-19)	87,1	63,1	IBGE ¹
Participação de mulheres no congresso (%) (eleitas)	5,9	9,3	TSE
População feminina com pelo menos ensino médio – 25 anos ou mais (%)	26,1	42,6	PNAD/IBGE ²
Participação das mulheres na PEA – 25 anos ou mais (%)	42,2	43,7	PNAD/IBGE ²

Pobreza			
Indicadores	2001	2012	Fonte
População em pobreza extrema menos de US\$ 1,25/dia (%) ⁵	14,0	3,5	IBGE/IPEA

Domínio sobre Recursos			
Indicadores	2001	2012	Fonte
RNB <i>per capita</i> (US\$ PPC) – valores correntes	7.029,9	11.512,6	IBGE/FMI
PIB <i>per capita</i> (US\$ PPC) – valores correntes	7.284,4	11.695,4	IBGE/FMI
Formação bruta de capital fixo (% do PIB)	17,0	18,1	NSCN/IBGE
Consumo da administração pública (% do PIB)	19,8	21,5	NSCN/IBGE
Carga tributária (% do PIB)	33,8	35,9	RFB
Gasto público com educação (% do PIB)	4,8	6,4	INEP/MEC
Gasto público com saúde (% do PIB)	3,2	4,0	MS
Gastos com defesa – Governo Federal (% do PIB)	0,9	0,7	SIAFI/STN
Serviço da dívida – setor público (% do PIB)	6,7	4,9	BCB
Índice de Preços ao Consumidor (IPCA % a.a.)	7,7	5,8	IBGE

Anexo Estatístico

Saúde			
Indicadores	2001 ³	2012 ³	Fonte
Mortalidade infantil (menores de 1 ano de idade) (por mil)	24,9	14,6 ⁶	MS ^{1,7}
Mortalidade na infância (menores de 5 anos de idade) (por mil)	28,7	16,9 ⁶	MS ^{1,7}
Mortalidade de adultos – homens (probabilidade de um homem de 15 anos morrer antes dos 60 anos) (por mil)	249,5	202,6	IBGE ¹
Mortalidade de adultos – mulheres (probabilidade de uma mulher de 15 anos morrer antes dos 60 anos) (por mil)	128,2	99,5	IBGE ¹
Cobertura de vacinação contra sarampo (tríplice viral) (%)	100	99,5	MS
Cobertura de vacinação contra DPT (2001) e DPT+Hib (2010) (%) ⁸	97,5	94,5	MS
Crianças de até 5 anos abaixo do peso (%)	1,9 (2006)	1,9 (2006)	PNDS/MS
Mortes por malária (por milhão de habitantes)	0,8	0,3 ⁶	MS
Mortes por cólera	0	0	MS
Mortalidade por doenças cardiovasculares (por 100 mil habitantes)	182,3	165,6 ⁶	MS
Mortalidade por diabetes (por 100 mil habitantes)	24,2	28,6 ⁶	MS
Prevalência de HIV entre 15 e 49 anos (%) ⁹	0,6 (2004)	0,6	MS
Médicos por 10.000 habitantes ¹⁰	17,3	19,1 (2010)	CFM/IBGE

Educação				
Indicadores		2001	2012	Fonte
Adultos alfabetizados (15 anos ou mais) (%)		87,6	91,5	PNAD/IBGE ²
População com pelo menos o ensino médio (18 anos ou mais) (%)		26,9	43,2	PNAD/IBGE ²
Taxa bruta de matrícula:	Ensino fundamental - anos iniciais (%) ¹¹	136,7	110,8	PNAD/IBGE ²
	Ensino fundamental - anos finais e ensino médio (%) ¹²	92,5	92,5	PNAD/IBGE ²
	Ensino Superior (%) ¹³	15,1	29,1	PNAD/IBGE ²
Taxa de abandono escolar (ensino fundamental - anos iniciais) (%)		8,2	1,4	INEP/MEC

Integração Social				
Indicadores		2001	2012	Fonte
Taxa de ocupação (15 anos ou mais) (%)		90,6	93,8	PNAD/IBGE ²
Taxa de desemprego entre jovens (16 a 25 anos) (%)		17,1	13,8	PNAD/IBGE ²
Trabalho infantil (5 a 13 anos) (%)		5,4	1,7	PNAD/IBGE ²

Fluxos Internacionais de Comércio (bens e serviços)				
Indicadores		2001	2012	Fonte
Exportações de serviços (% do PIB)		1,7	1,8	BCB/MDIC
Exportações de bens (% do PIB)		10,5	10,8	BCB/MDIC
Exportação de manufaturados (% das exportações de bens)		56,6	37,4	BCB/MDIC
Importação de serviços (% do PIB)		3,1	3,6	BCB/MDIC
Importação de bens (% do PIB)		10,0	9,9	BCB/MDIC

Anexo Estatístico

Fluxos Internacionais de Capital			
Indicadores	2001	2012	Fonte
Investimento externo direto líquido (% do PIB)	4,1	2,9	BCB
Reservas totais, exceto ouro (% do M2) ¹⁴	11,1	20,9	BCB

Inovação e Adoção de Tecnologia			
Indicadores	2001	2012 ³	Fonte
Formados em ciência e engenharia	56.511	117.544 (2011)	MCTI
Acesso à eletricidade (% da população)	95,5	99,7	PNAD/IBGE ²
Moradores de domicílio com computadores pessoais (mil unidades)	20.913,0	94.991,0	PNAD/IBGE ²
Usuários de Internet com 10 anos ou mais de idade (mil unidades)	–	83.877,0	PNAD/IBGE ²
Moradores de domicílio com acesso à telefone – fixo e móvel (mil unidades)	98.385,0	179.364,0	PNAD/IBGE ²

Tendências Populacionais			
Indicadores	2001 ³	2012 ³	Fonte
População total (mil)	175.885,2	199.242,5	IBGE ¹
Taxa de crescimento médio da população	1,40 (2001/2000)	0,93 (2012/2011)	IBGE ¹
População urbana (% do total)	83,9	86,5	PNAD/IBGE ²
Idade média	28,3	31,5	IBGE ¹
Razão de dependência total ¹⁵	54,4	46,6	IBGE ¹
Razão de sexo ao nascer ¹⁶	105,0	105,0	IBGE ¹
Taxa de fecundidade total	2,32	1,80	IBGE ¹

NOTAS:

¹ Projeção de População 2013.

² Dados sem Norte Rural.

³ Quando os dados de 2001 ou 2012 não estavam disponíveis, utilizou-se o dado do ano indicado entre parênteses.

⁴ Dado de 2012 estimado pelo MS.

⁵ São considerados os moradores de domicílios particulares permanentes, exceto na condição de pensionistas, empregados(as) domésticos(as) e filhos de empregados(as), dentre aqueles com renda domiciliar *per capita* até US\$ 1,25 ajustados ao poder de paridade de compra em reais, conforme fatores de conversão anual disponíveis no site do Banco Mundial.

⁶ Dado preliminar.

⁷ SIM-Sinasc CGIAE/SVS/MS.

⁸ Difteria, Tétano e Coqueluche-DPT (2001) e DPT+Haemophilus - DPT+Hib (2010).

⁹ PNDST-AIDS/MS.

¹⁰ CFM/IBGE Pesquisa Demografia Médica no Brasil: 2011.

¹¹ População que frequenta os anos iniciais do ensino fundamental, dividida pela população de 6 a 10 anos em 2012 e dividida pela população de 7 a 10 anos em 2001.

¹² População que frequenta os anos finais do ensino fundamental mais a que frequenta o ensino médio, dividida pela população de 11 a 17 anos.

¹³ População que frequenta a educação superior, dividida pela população de 18 a 24 anos.

¹⁴ Relação entre a quantidade de reservas internacionais (excluindo as reservas em ouro) e os meios de pagamento do país pelo conceito M2 (papel moeda em poder do público + depósitos à vista + depósitos especiais remunerados + poupança + títulos emitidos por instituições depositárias).

¹⁵ Peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos e mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).

¹⁶ Razão entre o número de homens e o número de mulheres ao nascer.

Nota Geral: Os indicadores de fonte PNAD são provenientes de séries reponderadas considerando a Projeção de População de 2013. Neste documento, onde se lê “Dados sem Norte rural”, entenda-se dados que não consideram a área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá”.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL